

doso Alves e de centenas de outros Srs. Constituintes

O que queremos, Sr. Presidente, é só isto: o diálogo. Queremos conversar, dar continuidade ao ambiente de diálogo que houve no início do funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte.

Esta é uma crônica parlamentar que precisa ser lembrada. Quando se instalou a Assembléia Constituinte, sob os auspícios do Presidente Ulysses Guimarães e — por que não dizer, com justiça? — com o apoio dos Constituintes Pimentada Veiga, Luiz Henrique, Egídio Ferreira Lima e de outras lideranças do PMDB, os líderes dos diversos partidos se reuniram para conversar, para se entender, e muito foi feito nesse sentido. Mas, depois da eleição do Líder do PMDB nesta Assembléia Nacional Constituinte, não sei por que os entendimentos foram cortados, abandonados. Foi surgindo, então, um novo processo para nomeação dos relatores e dirigentes das Subcomissões e da Comissão de Sistematização, o que ocorreu também em outros momentos do processo parlamentar desta Assembléia.

Para terminar, Sr. Presidente, desejo dizer apenas que a nossa posição se resume em dois termos: queremos o diálogo, as conversações, os entendimentos para fazer a futura Constituição do Brasil, mas que ela seja feita com a maioria da Assembléia Nacional Constituinte. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —

Tem a palavra o Sr. Del Bosco Amaral, para encaminhar a votação.

**O SR. DEL BOSCO AMARAL** (PMDB —

SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente Ulysses Guimarães, em primeiro lugar, traduzo, como os demais Constituintes, minha satisfação não só de Parlamentar, mas de ser humano, ao vê-lo recuperado, e mais do que isso, mais lúcido e imparcial do que nunca, não obstante alguns queiram levar V. Ex.<sup>a</sup> para o terreno da parcialidade. (Palmas.)

V. Ex.<sup>a</sup> merece minhas profundas homenagens, porque demonstrou que a Constituinte está nas mãos de quem quer que ela termine num clima de confraternização e de paz que favoreça ao povo brasileiro.

Em segundo lugar, lanço um apelo — qualquer que seja o resultado de hoje, porque ninguém pode prever — aos Companheiros Constituintes, todos eleitos legitimamente pelo voto popular: que sejam esquecidas, em seguida, as divergências, tendo em vista somente o interesse popular. Quero salientar, porém, como disse no Pequeno Expediente, o que aconteceu e o que pode suceder, caso seja aprovada a emenda da Mesa. Os vícios desta Casa são muitos e passaram para a Constituinte. De que adianta alguém apresentar 4 emendas ou 6 destaques, se os Líderes podem reunir-se e, já que têm preferência e a máquina administrativa à sua disposição, agilizar as providências?

Digo àqueles que assinaram a manifestação do chamado "Centrão" que seria uma armadilha aceitar neste instante o substitutivo da Mesa, pois continuaríamos à mercê das Lideranças de todos os partidos que na Sistematização só apreciaram matérias que convinhem a determinadas pessoas ou facções. (Palmas.)

Quando encaminhavam a favor das facções e ideologias, ainda digo: esta é a regra do jogo. Mas chegaram a encaminhar medidas que envergouham a Constituinte, e foram aprovadas, deixando-nos mal, porque era um grupo que precisava de quarenta e sete votos, em qualquer circunstância.

Ninguém pode questionar o meu passado político, como não questiono o de ninguém. Quem questiona o passado de um político é o próprio povo. Mas sei que, no momento, é preciso balançar um pouco as estruturas ditatoriais que nem sempre são de direita, mas também de esquerda.

Agora, peço aos companheiros do movimento chamado "Centrão" que não abandonem a luta, porque depois não terão instância para reclamar. Ou V. Ex.<sup>a</sup> aprovam hoje o que fizemos e o que combinamos, e depois cada um vota com a sua consciência matéria por matéria, ou V. Ex.<sup>a</sup> realmente votarão a Constituição de somente cinquenta homens e mulheres ilustres — mas apenas cinquenta, infelizmente.

Dessa forma, filio-me ao "Centrão" e voto com ele. É desafio: estão os marinheiros cassados, os oprimidos, os operários, lá fora, para saber como irei votar, no instante próprio. Hoje, fujo da tirania das lideranças, inclusive da do meu partido, que tão mal conduziu, principalmente na ausência do Constituinte Mário Covas, os nossos destinos, sobretudo na Comissão de Sistematização.

O nobre Constituinte Mário Covas demonstra surpresa. É verdade, S. Ex.<sup>a</sup> fez falta. Se estivesse aqui presente, muita coisa não teria ocorrido, e este dia não estaria acontecendo.

Vamos votar juntos, Srs. Constituintes! Vamos votar agora.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —

Tem a palavra o Sr. José Genoíno para encaminhar a votação pelo PT.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr.<sup>es</sup>, e Srs. Constituintes, esta votação terá de se processar com a consciência clara do que se está mudando no Regimento Interno.

O Constituinte que me antecedeu, Bonifácio de Andrada, falou em democracia no Plenário, e o primeiro grave erro da proposta do Substitutivo do "Centrão" é aniquilar esta democracia. Vou explicar por quê.

Em primeiro lugar, chamo a atenção de V. Ex.<sup>a</sup> para a redação: "É facultada à maioria absoluta da Assembléia a apresentação de substitutivos e de emendas".

Isto é, se a maioria absoluta assina uma proposta de emenda, esta, que pode estar aqui ou não, estará articulando e colocando na lata do lixo as emendas de cada Constituinte, individualmente.

Vejam bem, o nobre Constituinte Amaral Netto é autor da emenda que institui a pena de morte, mas S. Ex.<sup>a</sup> não conta com a maioria para apresentá-la. Essa maioria vai apresentar uma emenda, no entanto, S. Ex.<sup>a</sup> não tem condições de apresentar sua emenda a favor da pena de morte. E isso é feito em nome da democracia.

Qual o outro grave erro da proposta do "Centrão"? Diz o seguinte: antes de se votar a matéria global — portanto, antes de se votar o projeto, que será votado em globo — destaca-se, em sepa-

rado, um capítulo, um título, uma palavra. Para fazê-lo, é necessário apenas puxar do texto — e aí vem a democracia do "Centrão". Vejam bem como é estranha esta democracia. Para a matéria entrar no texto precisa de 280 votos; para entrar outra no lugar, precisa de 280 votos. Então, se um Constituinte não votar pela entrada daquela matéria e esta obtiver 279 votos, ela não entra no texto. Olhem que estranha democracia a do "Centrão", em nome da democracia do Plenário.

Qual o outro grave erro da proposta apresentada pelo "Centrão"? No Parlamento há o exercício das maiorias sobre as minorias. O que pretende o "Centrão"? Fazer maioria não no Plenário, mas à base da coleta de assinaturas para a emenda. Esta emenda, cujas assinaturas podem ser obtidas em qualquer Estado do País, se sobressai à maioria dos Constituintes que aqui estão de manhã, à tarde e à noite, apresentando suas emendas. Notem bem: o "Centrão", percebendo que havia caído numa armadilha mortal para o discurso em favor da democracia, na última hora incluiu um dispositivo que diz o seguinte: "cada Constituinte poderá apresentar três emendas e seis destaques". Foi a tábua de salvação. Alguns Constituintes acham que assinaram um documento que ressalva a democracia. Ora, se uma emenda tem duzentas e oitenta assinaturas, ela não só passa para a frente como também derruba automaticamente as demais. Portanto, àqueles que assinaram o documento do "Centrão" reivindicando o direito de apresentar emendas afirmo: este direito estará aniquilado. A maioria aniquila o direito da minoria e o direito individual de cada Constituinte.

Outro grave erro do "Centrão" foi pretender apresentar emendas a títulos e capítulos.

Srs. Constituintes, se for votado o Título I com uma emenda substitutiva e houver cem emendas de cem Constituintes, essas emendas caem automaticamente; não serão apreciadas, discutidas nem votadas. Isto não é democracia, é rolo compressor que vai ferir individualmente cada Constituinte.

Outro grave erro: um capítulo tem uma unidade. Se for votada uma emenda substitutiva a todo o capítulo, as emendas a parágrafos, artigos e incisos caem automaticamente. Os Constituintes não terão o direito de ver apreciadas suas emendas a parágrafos, incisos e artigos, um por um. Portanto, repito, isto não é democracia, não caracteriza o respeito a cada Constituinte individualmente.

Para concluir, Sr. Presidente, afirmo que este Projeto de Constituição é contraditório, tem avanços e recuos. Já ouvi várias lideranças do "Centrão" dizerem que discordam de apenas 20% dele. Se isto é verdadeiro e sincero, então pode-se apresentar emendas para promover essas mudanças.

Na verdade, o que se esconde por trás da proposta é a tentativa do impasse por parte do "Centrão", no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, o que poderá facilitar as medidas de golpe, autoritárias.

Democratas do "Centrão", V. Ex.<sup>as</sup> vão ter de ouvir um pouco mais.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —

A Mesa pede a atenção dos oradores, tanto os que falam num sentido como em outro: esta é uma demonstração democrática.

Comunico ao orador que seu tempo está terminado. Peço que seja breve.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** — Vou concluir, Sr. Presidente.

Se esta maioria, conseguida à base de assinaturas, produzir o impasse no Plenário, isto vai favorecer as medidas de força, casuísticas e arbitrárias, contra a Assembléia Nacional Constituinte.

Por isto, vamos derrotar o projeto do "Centrão", esta articulação de direita conservadora. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — A Mesa apela para a educação democrática de todos os Srs. constituintes. Manifestações que não sejam as regulares só contribuem para retardar a decisão da matéria. A Mesa está muito atenta quanto ao tempo, e de forma imparcial, como é do seu dever.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o Sr. Bocayuva Cunha para encaminhar a votação, pelo PDT.

**O SR. BOCAYUVA CUNHA** (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. constituintes, já que tenho a honra de neste momento, representar o meu partido, gostaria de dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que nos associamos às manifestações do nobre Constituinte Egídio Ferreira Lima, de prazer e regozijo por vê-lo novamente presidir os nossos trabalhos. Quero, inclusive, dar meu testemunho de que, quando se teve notícia de que V. Ex.<sup>a</sup> ia submeter-se a exames médicos em São Paulo, nos recantos desta Casa o que se sentiu foi uma enorme preocupação por parte de todos. Por aí pudemos bem avaliar como V. Ex.<sup>a</sup>, Presidente Ulysses Guimarães, faz falta na direção dos trabalhos da nossa Constituinte.

Gostaria, também, de pedir aos nossos companheiros um pouco mais de serenidade na apreciação da matéria. Sei que é um assunto apaixonante, mas todos devemos procurar manter o sangue frio, os pés no chão e a cabeça no lugar.

Fico até surpreso ao ver como o nobre Constituinte Bonifácio de Andrada, esta cordura, este poço de sapiência, foi tão injusto aqui. S. Ex.<sup>a</sup> que durante estes meses todos tem sido tão cordato, foi muito duro ao se referir às chamadas minorias como se fosse uma coisa abominável ser minoria — afirmando que ela que mente e calunia. Cito o exemplo para mostrar que até um homem da qualidade, da serenidade e da justeza do Constituinte Bonifácio de Andrada vem a esta tribuna cometer tais exageros. Isto é o que devemos evitar.

Sr. Presidente, nós, que já viamos de outras lutas, de outros embates do passado, temos bem na consciência que o fundamental para o País, para o povo brasileiro é a conquista e a consolidação da democracia. Tenho dito isso reiteradas vezes, desta tribuna. Infelizmente, no passado, deixamos que a bandeira da luta pela democracia fosse das minorias de direita, que acabaram tomando conta deste País durante 20 anos, para sua infelicidade. Hoje, temos consciência de que é indispensável a consolidação da democracia, a fim de avançarmos na conquista da soberania nacional. Para isso, precisamos de uma Constituição que não seja produto do rolo compressor de uma maioria eventual que se forma nesta Casa. Os direitos das minorias também têm de ser preservados.

Mais uma vez gostaria de contar a V. Ex.<sup>a</sup> um episódio do qual fui testemunha, nos anos 60, precisamente em 1961, em seguida à renúncia do Presidente Jânio Quadros, quando começou a correr aqui em Brasília a notícia de que os ministros militares iriam vetar a posse do Vice-Presidente João Goulart, que, constitucionalmente, tinha o direito de assumir a Presidência da República. Numa reunião que se realizava em meu apartamento, com vários deputados, não só ligados ao trabalhismo como da Frente Parlamentar Nacionalista e das correntes que se sentiam preocupados com essa ruptura da democracia, alguém lembrou que eu tinha relações pessoais muito boas com o Ministro do Exército, General Odílio Denys. De fato, a família Denys é tradicional no antigo Estado do Rio. Um irmão do General Odílio Denys era, inclusive, Presidente do PTB de Santo Antônio de Pádua, um pequeno município do norte fluminense.

Recordo-me de que liguei para o Quartel-General, para a residência do Ministro do Exército, pouco mais de 22 horas. Apresentei-me ao Ajudante de Ordens, que atendeu ao telefone, e pedi uma audiência com o Ministro naquela noite mesmo. E dirigi-me para lá. Ele recebeu-me e nunca mais esqueci o que se passou.

— "Ministro, me perdoe" — disse-lhe — "Mas vim aqui, e a nossa intimidade permite que lhe faça uma visita nesta hora, porque correm boatos alarmantes, na cidade, de que parte de V. Ex.<sup>a</sup> e dos demais ministros militares uma idéia de vetar a posse do Vice-Presidente da República, na ausência do Presidente que renunciou. Isso me parece um verdadeiro absurdo, porque significa rasgar a Constituição".

Bem, o diálogo não foi muito curto, mas, em resumo, o que quero contar a V. Ex.<sup>a</sup> é o seguinte: ele virou-se para mim e disse, com a autoridade de Ministro do Exército:

— "Ora, Bocayuva, você é muito moço. Você está começando sua carreira política agora, tem poucos anos de atividade política. E eu, que sou um veterano nisso, quero dizer-lhe o seguinte: quando uma Constituição não é boa, sabe o que a gente faz? A gente pega a Constituição e faz assim.."

Pegou um pedaço de papel e o rasgou na minha frente.

Sai dali abismado. Já tive ocasião de relatar esse fato neste plenário, anteriormente.

E por isso nós, os constituintes de 1986, no ano de 1987, temos o dever de fazer uma Constituição que não possa, amanhã, ser rasgada como uma folha de papel. Apelo, portanto, para os componentes do Centro Democrático que não nos queiram impor um rolo compressor, que nos faça esquecer os nossos compromissos com a minoria. Não é possível, portanto, aprovarmos uma mudança regimental neste sentido. Muitos dos companheiros que assim se posicionam não sabem o mal que estão fazendo ao País e às gerações futuras.

Volto a dizer que, sem a consolidação do regime democrático, nunca poderemos ter um povo feliz e um País à altura das nossas aspirações. Vamos impedir, Srs. constituintes, que amanhã o Ministro

do Exército ou outro de qualquer patente ou até mesmo civil possa rasgar uma Constituição como se rasga um simples pedaço de papel porque não tem base nem corresponde aos anseios da população ou porque não atende às aspirações de minorias eventuais que se podem formar, e devem estar representadas também no contexto da nossa Carta Magna. É um apelo que faço para que nunca mais se procure rasgar uma Constituição, como já se fez tantas vezes no passado. Muito obrigado, Sr. Presidente (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o Sr. Haroldo Lima para encaminhar a votação, pelo PC do B.

**O SR. HAROLD LIMA** (PC do B — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. constituintes, ainda há pouco ouvimos com atenção as palavras do nobre Constituinte Bonifácio de Andrada, o qual, com toda a ênfase que lhe é peculiar, chama a atenção dos constituintes para o centro das nossas divergências no dia de hoje, relacionado com a questão do respeito às maiorias. S. Ex.<sup>a</sup> chega a denunciar que nós, as minorias, teríamos um **know-how**, uma capacidade toda especial de, por mecanismos os mais diversos, impor nossa vontade.

Nós, do PC do B, que somos há muito tempo considerados participantes de um partido minoritário, ficamos um tanto quanto estupefatos com a notícia de que estamos acostumados a impor nossa vontade contra as maiorias. Há muitas décadas somos, justamente, minorias esmagadas, não pela maioria do povo brasileiro, mas, em nossa opinião, por grupos minoritários que se assentam em posições de força e conseguem impor, aí, sim, a sua vontade.

Entretanto, a fala do Constituinte Bonifácio de Andrada remete-nos a uma questão de fundo. Afinal de contas, qual é a proposição democrática que estamos discutindo hoje? S. Ex.<sup>a</sup> fala em democracia, apela para a receita básica do democrata, que é o respeito às minorias, e diz que é justamente isso que não está havendo por parte dos setores que defendem a proposta da Mesa, no caso. Nossa posição é a de que justamente a proposta democrática, a mais vinculada ao respeito das maiorias, é a que neste instante está sendo encabeçada pela Mesa, porque a proposta do Substitutivo nº 1, do grupo "Centrão", não poderia ser vista como democrática.

O Constituinte Bonifácio de Andrada indaga sobre o que caracteriza a atitude democrática. Não é o respeito à maioria? Dizemos que sim. É o respeito à maioria, mas não um respeito circunstancial a uma maioria episódica. É o respeito a um processo definido pela maioria. Estamos há quase um ano em funcionamento da Constituinte, e só agora, nos instantes finais, determinado grupo descobre que esse processo aprovado por maioria ampla durante todo tempo não é definido pela maioria, mas, sim, um processo que serve às minorias.

Ora, Sr. Presidente, o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, que estamos respeitando e que tem dirigido nossos trabalhos, foi aprovado por unanimidade nesta Casa — não o foi apenas por maioria.

**O Sr. Gastone Righi** — O PTB votou contra